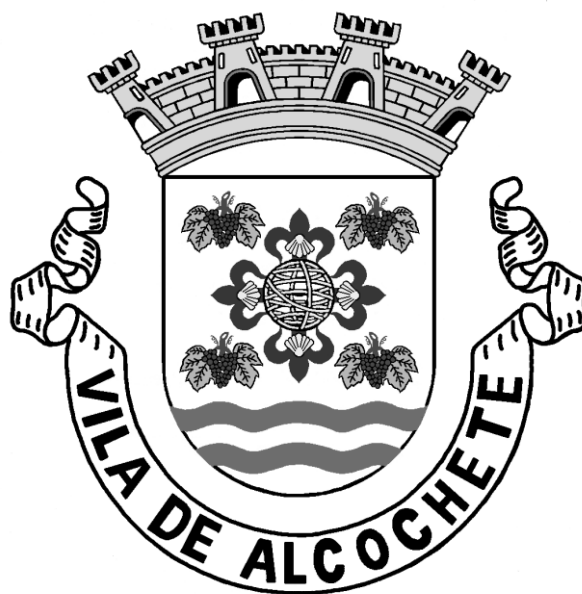




MUNICÍPIO DE ALCOCHETE

CÂMARA MUNICIPAL

N.º 13

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA

REALIZADA

EM 21 DE JUNHO DE 2023

ÍNDICE

A. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA	3
B. PERÍODO DE INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO DO PÚBLICO	13
C. ORDEM DO DIA.....	13
1. RESUMO DIÁRIO DA TESOUREARIA	13
2. PAGAMENTOS AUTORIZADOS ENTRE REUNIÕES.....	13
3. APROVAÇÃO DE ATAS.....	14
4. ASSUNTOS PROPOSTOS PELO SENHOR PRESIDENTE E VERAÇÃO:	
4.1. REPARTIÇÃO DO FUNDO DE EQUILÍBRIO FINANCEIRO (FEF) PARA O ANO 2024.....	14
4.2. RETIFICAÇÃO DA PROPOSTA N.º 10/2023	15
4.3. ISENÇÃO DE PAGAMENTO DE TAXAS “BOTE LEÃO” – INSTITUTO SUPERIOR TÉCNICO.....	16
4.4. ISENÇÃO DE PAGAMENTO DE TAXAS “BOTE LEÃO” – J. F. DE SÃO FRANCISCO.....	17
4.5. ISENÇÃO DE PAGAMENTO DE TAXAS “BOTE LEÃO” – J. F. DO SAMOUCO	17
4.6. ATRIBUIÇÃO DE AÇÃO SOCIAL ESCOLAR - ANO LETIVO 2022/2023.....	18
4.7. CELEBRAÇÃO DE CONTRATO PROGRAMA COM O APOSENTO DO BARRETE VERDE DE ALCOCHETE.....	19
4.8. CELEBRAÇÃO DE CONTRATO PROGRAMA COM A SOCIEDADE IMPARCIAL 15 DE JANEIRO DE 1898	20
4.9. PEDIDO DE ISENÇÃO DE TAXAS REFERENTE AO PEDIDO DE LICENÇA PARA FESTIVIDADE E LICENÇA ESPECIAL DE RUÍDO – PROCESSO N.º PD/2023/525	22
4.10. RECEÇÃO PROVISÓRIA PARCIAL DAS OBRAS DE URBANIZAÇÃO E REDUÇÃO DA CAUÇÃO, NO ÂMBITO DO PROC.º DE OBRAS DE CONSTRUÇÃO E URBANIZAÇÃO N.º LE/2019/5 - ALVARÁ URBANIZAÇÃO N.º 4/2022	22
4.11. CONTRATO DE DOAÇÃO DE MÁQUINA DE LAVAR ROUPA.....	24
4.12. ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA PROVIMENTO DE UM LUGAR DE ASSISTENTE OPERACIONAL, NA ÁREA DE REFEITÓRIO MUNICIPAL (TEMPO INDETERMINADO)	25
5. APOIOS FINANCEIROS.....	26
6. INFORMAÇÕES	27
D. PERÍODO DE INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO DO PÚBLICO	27
ENCERRAMENTO	27

Aos vinte e um dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e três, nesta vila de Alcochete e Salão Nobre dos Paços do Concelho, pelas dezassete horas e trinta minutos, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal, sob a presidência do senhor Fernando Manuel Gonçalves Pina Pinto, na qualidade de presidente da Câmara, encontrando-se presentes as senhoras vereadoras Maria de Fátima Maduro Gregório Soares, Ana Sofia Madeira Maduro e Natacha Patrícia Bexiga Patinha e os senhores vereadores, Pedro Sérgio Martins Ferreira Lavrado, Dário João Ferra Moura e Jorge Manuel Pereira Giro.

Faltou à presente reunião, por motivo considerado justificado o senhor vereador Luís Miguel Carraça Franco.

O senhor presidente declarou aberta a reunião.

A. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Aberto o período de Antes da Ordem do Dia o senhor presidente partilhou as seguintes Informações:

- “Polícia Marítima faz operação de combate ao tráfico de seres humanos em Alcochete.”

«Uma megaoperação de combate ao tráfico de seres humanos liderada pela Polícia Marítima decorre, hoje, desde as 08h00 na zona do Samouco, em Alcochete.

Segundo a Agência Lusa, quatro pessoas foram detidas na operação realizada pela Polícia Marítima, a nível nacional, a qual decorre da investigação a uma alegada rede que se dedica à apanha ilegal de amêijoas e, por consequente, ao tráfico de seres humanos, sobretudo asiáticos, no âmbito do combate às redes criminosas associadas à captura ilícita, comércio e tráfico internacional de bivalves, no âmbito de mais de três dezenas de mandados de busca, detenção e apreensão.

Com várias diligências ao longo do dia, esta “megaoperação” está a ser realizada pela Unidade Central de Investigação Criminal (UCIC) da Polícia Marítima.

Para além dos quatro detidos, foram identificados 243 imigrantes e foram notificados nove cidadãos estrangeiros para comparência no SEF, a fim de esclarecer a sua situação em território nacional.

Nesta operação, onde está incluída ainda a exploração laboral humana, estão empenhados no terreno 161 agentes da Polícia Marítima, acompanhados por 22 inspetores do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), inspetores da Autoridade Tributária e cerca de uma centena de operacionais da PSP.

No âmbito da análise operacional, a operação conta também com a colaboração do Serviço de Informação e Segurança (SIS).»

Continuou partilhando que olha para esta mega operação com um sentimento de frustração, porque ao longo dos anos, enquanto presidente de câmara, desde finais de 2017, esta situação tem sido o “calcanhar de Aquiles” do município e uma das maiores preocupações sobre um problema que não olha a ideologias políticas onde conjuntamente se têm desenvolvidos esforços para que este assunto seja mitigado, mas que numa altura em que o populismo assume características próprias não se deve esquecer que este problema existe no mínimo há 12 anos, o qual não foi resolvido pelo Governo que tinha e continua a ter as competências para o resolver. Todavia, não se pôs termo a esta situação quando era apenas um mero problema e que hoje é algo que se torna difícil de acompanhar e ainda mais complicado de se solucionar.

Prosseguiu referindo que há quem avance com a ideia peregrina de se construir uma depuradora, contudo se a solução residisse nesse equipamento a própria Câmara Municipal de Alcochete já a teria construído, lembrando as palavras do senhor Diretor Executivo do IPMA (Instituto Português do Mar e da Atmosfera) aquando de uma reunião com o senhor Ministro do Mar e com a senhora Secretária de Estado das Pescas, na legislatura anterior, que afirmou:

«Senhor presidente esta amêijoa que é capturada a montante da “Ponte Vasco da Gama” está interdita, porque mata pessoas. O nível de toxinas, de metais pesados que estes bivalves têm, sendo uma espécie invasora, é mortal para as pessoas que a consumam em grandes quantidades.»

Adiantou que a mega operação que ainda está em curso nos concelhos do Montijo e de Alcochete, em particular na freguesia do Samouco, veio na sequência daquilo que tem sido a maior preocupação da autarquia, um assunto que não se resolve apenas e só com a fiscalização da Polícia Marítima e da Guarda Nacional Republicana, porque nenhuma entidade tem recursos humanos e meios técnicos necessários para um controlo assertivo, permanente e diário, sendo preciso a envolvimento de um conjunto de entidades que passam pela Saúde, Economia, Habitação e Trabalho e que de uma forma direta ou indireta têm que desenvolver no terreno um trabalho articulado e unir os esforços necessários para que se encontre uma solução para o problema da apanha ilegal dos respetivos bivalves, asseverando que a câmara municipal tem exposto este assunto de uma forma permanente, frontal, objetiva e coerente, com contatos junto dos mais diversos Ministérios, com o senhor Presidente da República, senhor Presidente da Assembleia da República, senhor Primeiro Ministro e grupos parlamentares.

Sublinhou que nada o move contra as pessoas que têm nesta atividade a sua única fonte de rendimento, contudo, elas acabam por sofrer na pele aquilo que esta mega operação está a despertar e que já era uma preocupação que acompanha o executivo desde finais de 2017 e que se relaciona com a pretensa existência de criminalidade no âmbito do tráfico de seres humanos, recordando que no passado aquando de uma reunião alguém lhe ter dito que era necessário ter cuidado com aquilo que se diz, porém, não querendo afirmar que existe ou não tráfico de seres humanos, o certo é que há indícios que levam a serem desenvolvidas estas operações para que se possa apurar os factos. Tudo aquilo que são os problemas de exploração laboral e habitação precária não deixam de ter a sua importância, mas que são colaterais ao que está no coração do problema que é a apanha ilegal dos bivalves a montante da “Ponte Vasco da Gama”, mas que a jusante também não existe grande disponibilidade para regulamentar essa matéria.

Transmitiu que neste momento o Serviço Municipal de Proteção Civil e o Setor de Ação Social da Câmara Municipal de Alcochete se encontram no terreno a acompanhar a situação, onde também esteve a senhora vereadora Maria de Fátima Soares e em contato com a Segurança Social garantindo naquilo que fosse possível o alojamento de pessoas que pretensamente estariam a residir em locais indignos, aludindo que nunca esteve nos locais agora expostos pela comunicação social, recordando que num passado recente, os locais de residência apresentados pelos órgãos de comunicação social geraram a admiração de algumas pessoas que interrogaram se esses é que eram os locais indignos em que as pessoas viviam.

Lamentou que esta operação não tenha sido partilhada ao mais alto nível da câmara municipal, que foi apanhada desprevenida na resposta que possa ser agora exigida para se alojarem essas pessoas, mas até ao momento tudo aquilo que se conhece desta operação é proveniente quase na sua totalidade dos órgãos de comunicação social, embora já estejam no terreno o Serviço Municipal de Proteção Civil e o Setor de Ação Social da Câmara Municipal de Alcochete.

– Inauguração Alcochete UP

«No passado dia 16 de junho, o Fórum Cultural de Alcochete foi palco da Inauguração da incubadora de negócios municipal, Alcochete UP.

Uma iniciativa promovida pela Câmara Municipal de Alcochete, organizada pelo Gabinete de Inovação, Desenvolvimento Económico e Turismo.

Os participantes, tiveram oportunidade de conhecer as instalações da Alcochete UP e alguns dos projetos existentes em Alcochete pela voz dos seus empresários numa zona de exposição e divulgação, destinada para o efeito, acompanhados de um *Welcome Drink* oferecido pela Praia do Sal.

A abertura da iniciativa foi feita pelo senhor Presidente da Câmara Municipal de Alcochete e pelo senhor Secretário de Estado do Trabalho, Miguel Fontes e contou com um painel de inspiração, "Como chegar lá", de três conceituados empreendedores portugueses, Sara do

Ó, CEO do Grupo *Your*, Miguel Pina Martins, CEO da *Science4you* e Bruno Mota, Fundador da *Bold* e Diretor da *Devoteam* Portugal.

A conferência contou com 282 participantes, entre os quais, mentores, membros do conselho consultivo, empresários do tecido empresarial de Alcochete, representantes de instituições como IAPMEI *Startup* Portugal, *Startup* Lisboa, *Business Angels*, Instituições financeiras, entre outras entidades de relevo no contexto da temática apresentada.

Houve ainda espaço para um momento de *networking*, durante o *coffe break* que foi preparado no jardim do Fórum Cultural.

O espetáculo musical de Mimi Froes, marcou o encerramento de uma tarde repleta de inspiração e de inovação servindo de mote para um futuro que pretendemos de sucesso.»

A senhora vereadora Natacha Patinha expressou que os vereadores da CDU saúdam a realização da intervenção da Polícia Marítima, mas que a mesma deveria ser concretizada de uma forma mais amiúde, provocando um efeito dissuasor nos cabecilhas desta rede e assim se poder ir combatendo até à eliminação do problema que não é exclusivo de Alcochete e que está associado a outro tipo de criminalidade, asseverando que como noticiado, os trabalhadores pagam para vir trabalhar para Portugal, pensando existir uma fábrica de amêijoas e ao chegar ao destino as condições de habitação que encontraram eram boas perante a realidade que tinham no país de origem.

Na sequência da sua intervenção, a senhora vereadora Natacha Patinha, em nome dos eleitos da CDU apresentou a seguinte Recomendação ao executivo:

– Recomendação

«A operação iniciada esta manhã de combate ao tráfico de seres humanos desencadeada por diversas forças e serviços de segurança com incidência também na freguesia do Samouco, põe em evidência a preocupante situação em que é exercida desde há muitos anos a atividade de mariscadores, nomeadamente por trabalhadores imigrantes em situação ilegal.

Como defendeu a deputada do PCP no PE, Sandra Pereira (no quadro das Jornadas de Trabalho dos Deputados do PCP no Parlamento Europeu, no Distrito de Setúbal) quando na passada 2.^a feira se deslocou ao Samouco e contactou com estes trabalhadores, na sua maioria tailandeses: “a integração plena na vida económica, social e cultural na nossa sociedade; a efetiva proteção e defesa dos direitos destes trabalhadores; o necessário combate aos salários baixos, à precariedade e à falta de condições de trabalho”, são medidas urgentes.

Naturalmente que o nosso concelho não é imune a estes problemas, considerando a situação preocupante destes trabalhadores no plano das condições de trabalho e de alojamento.

Depois, é preciso ter em conta a realidade vivida no Estuário do Tejo onde trabalham hoje milhares de mariscadores, muitos deles em situação irregular, “presos” nas malhas de redes exploradoras, e que, fruto da total precariedade em que exercem o seu trabalho, acabam vítimas de cargas horárias violentíssimas, péssimas condições de trabalho, total ausência de segurança social ou laboral, sendo frequentes os acidentes laborais que culminam em morte.

Importa recordar que dados de 2020 onde se estimavam a existência de cerca de 5000 mariscadores no ativo no Estuário do Tejo, o que contrastava com o número de apanhadores registados e com licença, que eram de 168 efetivos.

E não deve ser ignorado que o fruto do trabalho destes mariscadores, a produção anual de milhares de toneladas de bivalves, acaba por sair do circuito legal, sendo por vezes desviada para outros países, nomeadamente Espanha, de onde é depois importada, prejudicando o Estado Português (pela impossibilidade de cobrança de impostos), a capacidade produtiva nacional, e criando riscos para a segurança alimentar das populações.

Os eleitos da CDU propõem que a Câmara Municipal de Alcochete diligencie junto do Governo uma intervenção pronta que no imediato passa:

- 1) A instalação de uma linha SOS de apoio a estes imigrantes, muitos deles nem sequer falam português;
- 2) O devido acompanhamento destes casos por parte das estruturas com ligação aos migrantes e às condições de trabalho, como são exemplo o SEF e a ACT;
- 3) Por tomada de medidas, sucessivamente adiadas, mas que são sobejamente conhecidas, nomeadamente, a regulação das relações laborais neste setor e a criação de depuradoras para a resolução dos graves problemas relacionados com a apanha de bivalves no estuário do Tejo, nomeadamente, os relacionados com a saúde pública.»

Continuou expondo que existem relatos de alguns habitantes do Samouco manifestando a insegurança que se sente na freguesia e que está relacionada com assaltos frequentes no multibanco após as pessoas levantarem o seu dinheiro, questionando se a câmara municipal tem alguma informação sobre estas ocorrências, adiantando que é urgente existir por parte do posto territorial da GNR em Alcochete uma fiscalização mais frequente na freguesia do Samouco.

Perguntou qual a causa que deu origem à interrupção do fornecimento de água na vila do Samouco e se o problema já está resolvido.

Por fim mencionou que o Centro de Saúde do Samouco não está a administrar vacinas por não existir uma câmara frigorífica onde as mesmas possam ser acondicionadas, interrogando se realmente é este o problema e se existe a possibilidade de o município criar condições para que os habitantes do Samouco possam ter vacinas no respetivo Centro de Saúde.

O senhor presidente em relação à insegurança no Samouco e nomeadamente aos assaltos a quem utiliza o multibanco, referiu que não tem conhecimento do sucedido e que não lhe chegou nenhuma indicação por parte da GNR ou de outra entidade, contudo no desenrolar de uma iniciativa apelidada de “Câmara + Próxima de Si”, já desenvolvida nas freguesias

de São Francisco e Samouco, foi transmitido pelo senhor presidente da Junta de Freguesia do Samouco que tinha solicitado à GNR uma maior regularidade de patrulhamento na freguesia.

Sobre o corte de água explicou que o mesmo ocorreu em consequência de uma avaria, ao contrário do que muitas pessoas falaram, julgando serem entendidas em tudo e mais alguma coisa, sublinhando que uma avaria é um acontecimento súbito, é algo que ninguém está à espera.

Por solicitação do senhor presidente o senhor vereador Pedro Lavrado esclareceu que o que originou a interrupção do fornecimento de água foi uma avaria no quadro elétrico inicialmente provocada por um problema de uma bomba e que fez disparar o quadro elétrico, quando isto acontece o sistema de alarme alerta que houve uma falha de energia, contudo, esse sistema também falhou e não reportou a anomalia ao piquete de serviço, que só tomou conhecimento da situação quando o depósito ficou completamente vazio e os munícipes começaram a comunicar a ausência de água. O sucedido replicou-se por mais duas vezes mesmo com duas pessoas a dirigirem-se ao reservatório a fim de verificarem a operacionalidade do sistema.

Concluiu informando que o quadro elétrico foi substituído na sua totalidade assim como o sistema de telegestão que está a ser objeto de testes, estando o problema praticamente resolvido.

O senhor presidente acerca da falta de um frigorífico no Centro de Saúde do Samouco, asseverou que não dispõe dessa informação, todavia a Saúde tem sido uma preocupação do executivo que mesmo antes da descentralização de competências já acompanhava as carências e lacunas existentes no concelho, tendo partilhado que nesta semana teve reunido com vários médicos e com a senhora coordenadora do Centro de Saúde de Alcochete onde foram discutidos variados assuntos mas que nada foi comunicado sobre a falta de um frigorífico e que se assim fosse até a câmara municipal já teria solucionado o problema. No entanto, foi abordado que o concurso destinado aos médicos para preenchimento de vagas nos ACE'S (Agrupamentos de Centro de Saúde) onde existiam 6 lugares para o concelho de Alcochete, porém, para as 58 vagas só apareceram 6 médicos

e nenhum deles concorreu para o concelho de Alcochete. Concluiu informando que essa mesma reunião serviu para se desenvolver alguns procedimentos a fim de o município poder contar com mais médicos.

A senhora vereadora Maria de Fátima Soares aludiu que teve conhecimento da situação do frigorífico através da Sessão da Assembleia da Freguesia do Samouco, tendo já sido questionado quem de direito, esclarecendo que este tipo de equipamento não está na esfera da autarquia e nem na transferência de competências, mantendo-se a responsabilidade de manutenção e aquisição nos ACE'S.

O senhor vereador Jorge Giro mencionou se existem assuntos que ao longo dos anos e dos mandatos autárquicos têm unido este Órgão Colegial, a situação da apanha da amêijoa é um deles, não se recordando de alguma vez ter existido qualquer diferença de opinião, votos contrários a quem tenha apresentado Moções ou outros documentos, referindo que a tentativa de resolução deste problema não começou em 2017 com o senhor presidente, julgando que infelizmente o mesmo não irá terminar no final deste mandato.

Continuou afirmando que todas as medidas que foram tomadas hoje têm o efeito surpresa estando convicto que nem os familiares dos agentes envolvidos nesta operação saberiam o que iria acontecer.

Lamentou que em julho de 2019, no concelho do Barreiro, tenha sido lançada a 1.^a pedra que iria dar origem a uma depuradora na tentativa de minimizar os problemas de saúde pública, mas que passados 4 anos ninguém sabe explicar a situação ou assumir a responsabilidade pela depuradora.

Referiu que tem muitas dúvidas em que haja alguma habitação condigna que albergam essas pessoas, que podem ter quartos e casas de banho, mas com 10 a 20 pessoas a partilharem o mesmo espaço ele tornar-se-á indigno, recordando que na freguesia de Alcochete existiam casas que eram arrendadas por habitante e não ao mês. Espera que operações do género se mantenham de uma forma regular.

Sobre a falha no abastecimento de água no Samouco concorda que as avarias e ruturas não têm dia nem hora marcada, contudo, o problema é mais antigo e vai mais além do que o quadro elétrico, referindo que a freguesia de Alcochete tem 1 depósito elevado e 2 depósitos apoiados que permitem armazenar água ao contrário do que existe no Samouco que não possui os depósitos apoiados, no entanto existe nos serviços da Câmara Municipal de Alcochete um projeto para a sua construção.

Ao concluir a sua intervenção referiu que quando se lança um concurso para 56 médicos e apenas concorrem 6, demonstra bem o estado do país e quanto é apelativo ser médico, professor e tudo o resto em Portugal.

O senhor presidente afirmou que o senhor vereador Jorge Giro referiu é um problema estrutural que o país está a atravessar em várias áreas, mas que há algo de diferente, onde não se manda ninguém para fora em busca de melhores condições de vida, que se continua a acreditar no país e que é possível ter um bom Serviço Nacional de Saúde, um bom sistema de educação e de outras valências profissionais.

A senhora vereadora Maria de Fátima Soares deu conhecimento que o local onde estão a ser efetuadas as buscas no Samouco irá ficar selado estando neste momento a ser criado um centro de acolhimento temporário.

Prosseguiu apresentando o seguinte Voto de Louvor:

– Voto de Louvor ao Grupo Desportivo Alcochetense

«No seguimento dos recentes sucessos desportivos alcançados pelos escalões de formação, é agora o momento de destacarmos o desempenho da equipa sénior do Grupo Desportivo Alcochetense pela conquista de uma importante competição distrital na modalidade de Futebol.

A referida competição decorreu ao longo de toda a época desportiva 2022/2023, envolvendo equipas da 1.^a e 2.^a divisões do distrito, culminando numa grande “final”

desportiva realizada no Estádio Municipal José Martins Vieira, na Cova da Piedade em Almada.

Na final da competição realizada no passado dia 8 de junho, o Grupo Desportivo Alcochetense venceu o Grupo Desportivo Alfarim por 3-1, conquistando assim pela segunda vez na sua história, a Taça AFS Joaquim José Sousa Marques.

Pretendemos assim, de forma simbólica, reconhecer e destacar o mérito desportivo da equipa sénior do Grupo Desportivo Alcochetense, felicitando todos os seus atletas, técnicos e dirigentes.»

B. PERÍODO DE INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO DO PÚBLICO

Não se registaram intervenções.

C. ORDEM DO DIA

1. Resumo diário da tesouraria

O senhor presidente informou que o valor do saldo, em disponibilidades de operações orçamentais é de €8.651.839,09 (oito milhões, seiscentos e cinquenta e um mil, oitocentos e trinta e nove euros e nove cêntimos).

A Câmara tomou conhecimento.

2. Pagamentos autorizados entre reuniões

O senhor presidente informou que entre os dias 07/06/2023 e 20/06/2023, autorizou o pagamento da despesa, no montante de €1.920.865,31 (um milhão, novecentos e vinte mil,

oitocentos e sessenta e cinco euros e trinta e um cêntimos), conforme as ordens de pagamento emitidas do n.º 2138 ao n.º 2317.

A Câmara tomou conhecimento.

3. Aprovação de atas

Ata da reunião ordinária realizada em 10 de maio de 2023

Submetida à votação, a Câmara deliberou aprovar a ata por unanimidade.

Não votou o senhor vereador Jorge Giro por não ter estado presente, ao abrigo do n.º 3, do artigo 34.º do Código do Procedimento Administrativo.

4. ASSUNTOS PROPOSTOS PELO SENHOR PRESIDENTE E VERAÇÃO:

4.1. Repartição do Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF) para o Ano 2024

Pelo senhor presidente foi apresentada a seguinte proposta:

«Por forma a dar cumprimento ao n.º 3, do artigo 31.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro (Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais), na sua atual redação, cada Município através do seu órgão executivo, pode decidir da repartição dos montantes referentes ao Fundo de Equilíbrio Financeiro entre receita corrente e de capital, sendo que a receita corrente não poderá exceder 90% do referido fundo.

De acordo com o n.º 4 do artigo citado os municípios devem de informar anualmente, até 30 de junho do ano anterior ao que respeita o orçamento, qual a percentagem do FEF que deve de ser considerada como transferência corrente, na ausência da qual é considerada a percentagem de 90%.

Assim, proponho:

1. Que a repartição do Fundo de Equilíbrio Financeiro para o ano de 2024 seja 70% imputado a receita corrente e 30% imputado a receita de capital.
2. Seja dado conhecimento à Assembleia Municipal.»

Submetida à discussão e votação, a Câmara deliberou aprovar a proposta por maioria com 5 votos a favor do PS e 2 abstenções da CDU.

O senhor vereador Jorge Giro apresentou a seguinte declaração de voto em nome da CDU:

«Optámos pelo voto na Abstenção por se tratar somente um ato de gestão desta maioria e cabe aos senhores indicar as percentagens que entendem ficar para 2024.»

Mais foi deliberado dar conhecimento à Assembleia Municipal.

4.2. Retificação da Proposta n.º 10/2023

Pelo senhor presidente foi apresentada a seguinte proposta:

«Na sequência do pedido da Junta de Freguesia de Alcochete, no sentido de se proceder à alteração da duração de dois dos sete passeios na embarcação “Bote Leão”, cujas taxas foram isentadas por aprovação da proposta n.º 10/2023, submetida à discussão e aprovada por unanimidade, na reunião ordinária da Câmara, do passado dia 10 de maio de 2023, respetivamente:

- 07/09/2023 - de 1 hora e 30 minutos para 7 horas;
- 14/09/2023 - de 1 hora e 30 minutos para 7 horas.

Neste sentido, propõe-se a retificação do valor isentado de €1.415,00 para €1.805,00.»

Submetida à discussão e votação, a Câmara deliberou aprovar a proposta por unanimidade.

4.3. Isenção de pagamento de taxas “Bote Leão” – Instituto Superior Técnico

Pelo senhor presidente foi apresentada a seguinte proposta:

«A Reserva Natural do Estuário do Tejo, confere ao território de Alcochete um património natural de importante valor ambiental, reconhecido a nível nacional e internacional, pela riqueza dos seus ecossistemas, biodiversidade e acima de tudo, por ser um dos locais mais importantes locais para a migração e nidificação de aves da Europa Ocidental, pelo que, manifestamente, Alcochete é recorrentemente procurado pela comunidade científica para a realização de trabalhos de campo no âmbito da investigação científica, cujos resultados e conhecimento científico resultante, assumem um papel de extrema relevância para a valorização e conservação deste património.

No âmbito do programa de trabalhos de campo do Curso de Amostragem Ambiental, ministrado pelo Centro de Química Estrutural do Instituto Superior Técnico da Universidade de Lisboa, foi solicitado ao Município de Alcochete, a utilização da embarcação “Bote Leão”, no dia 6 de setembro das 09h30 às 12h30, para deslocação dos docentes e discentes à Reserva Natural do Estuário do Tejo, para a realização de trabalhos de amostragem.

Neste sentido, considerando o manifesto e relevante interesse municipal, no que concerne à criação de condições de atratividade do território de Alcochete para o acolhimento de equipas de investigação, das mais variadas áreas do conhecimento científico, propõe-se a isenção de pagamento, inerente à utilização da embarcação “Bote Leão” para a realização desta atividade, no valor de €200,00.»

Submetida à discussão e votação, a Câmara deliberou aprovar a proposta por unanimidade.

4.4. Isenção de pagamento de taxas “Bote Leão” – J. F. de São Francisco

Pelo senhor presidente foi apresentada a seguinte proposta:

«No âmbito do programa de atividades de verão “Férias sobre Rodas”, dirigido às crianças e jovens da freguesia de São Francisco, a Junta de Freguesia, promotora do programa em apreço, solicitou a realização de 3 passeios gratuitos na embarcação “Bote Leão”, a realizar nas seguintes datas e horários:

- 06 de julho de 2023, das 08h30 às 12h30;
- 11 de julho de 2023, das 09h30 às 16h00;
- 14 de julho de 2023, das 10h00 às 11h30.

Neste sentido, considerando o manifesto e relevante interesse municipal, no que concerne à fundamental colaboração da Câmara Municipal de Alcochete no apoio às Juntas de Freguesia, no desenvolvimento de programas de atividades de ocupação dos tempos livres das crianças e jovens residentes no concelho de Alcochete, fora do período letivo, propõe-se a isenção de pagamento, inerente à utilização da embarcação “Bote Leão” para a realização destas atividades, no valor de €605,00.»

Submetida à discussão e votação, a Câmara deliberou aprovar a proposta por unanimidade.

4.5. Isenção de pagamento de taxas “Bote Leão” – J. F. do Samouco

Pelo senhor presidente foi apresentada a seguinte proposta:

«Por solicitação da Junta de Freguesia do Samouco, apresentamos o pedido de dois passeios gratuitos na embarcação “Bote Leão”, para a realização de passeios abertos à população, dirigidos ao público sénior residente na freguesia, a realizar nas seguintes datas e horários:

- 04 de julho de 2023, das 14h30/16h00;
- 03 de outubro de 2023, das 14h30/17h30.

Considerando memória coletiva do povo de Alcochete, nomeadamente, no que concerne às atividades ligadas ao rio, às embarcações tradicionais e cultura marítima de outrora, as juntas de freguesia, pela sua proximidade com a população, têm um papel fundamental na preservação da cultura e identidade local, ao proporcionar este tipo de atividade de vivência cultural, em particular, ligada à tradição dos marítimos de Alcochete.

Neste sentido, considerando a fundamental colaboração entre a Junta de Freguesia do Samouco e a Câmara Municipal de Alcochete, na promoção e divulgação da identidade cultural e das tradições do povo alcochetano, propõe-se a isenção de pagamento da utilização da embarcação “Bote Leão” para a realização destas atividades, promovidas pela Junta de Freguesia do Samouco, no valor de €305,00.»

Submetida à discussão e votação, a Câmara deliberou aprovar a proposta por unanimidade.

4.6. Atribuição de Ação Social Escolar - Ano Letivo 2022/2023

Pela senhora vereadora Maria de Fátima Soares foi apresentada a seguinte proposta:

«No âmbito do estabelecido pela alínea hh), do n.º 1, do artigo 33.º e pelo ponto 1, do artigo 34.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua versão atual, é competência da Câmara Municipal deliberar no domínio da ação social escolar,

designadamente no que respeita a atribuição de auxílios económicos no âmbito da alimentação, material escolar e visitas de estudo.

De acordo com o estabelecido pela legislação em vigor e após a análise de todos os requerimentos e respetiva fundamentação documental, propõe-se a atribuição de Ação Social Escolar no escalão B a 1 aluno(a) da educação pré-escolar, cujo processo encontra-se disponível para consulta no Setor de Educação.

Assim sendo, propõe-se que a Câmara Municipal delibere favoravelmente a atribuição de Ação Social Escolar para o ano letivo 2022/2023, com efeitos a 1 de junho de 2023.»

Submetida à discussão e votação, a Câmara deliberou aprovar a proposta por unanimidade.

4.7. Celebração de Contrato Programa com o Aposento do Barrete Verde de Alcochete

Pela senhora vereadora Maria de Fátima Soares foi apresentada a seguinte proposta:

«O Movimento Associativo tem um papel determinante no desenvolvimento local, com uma intervenção inequívoca neste território, pelo que há que garantir o apoio às associações e aos seus dirigentes, procurando atenuar as dificuldades quotidianas sentidas para manter o funcionamento da sua atividade, regular ou pontual, com a devida definição de critérios respeitando os princípios da, equidade social, onde o rigor e a transparência são fatores essenciais para a concretização de um projeto participado, assente na parceria e cooperação.

Assim, considerando:

- As atribuições dos municípios consagradas no artigo 23.º - 2, alíneas e) e f) da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, nos domínios da cultura, dos tempos livres e desporto, da ação social e promoção do desenvolvimento;

- A competência da Câmara Municipal, nos termos das alíneas o) e u), do artigo 33.º, n.º 1, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, no âmbito da concessão de apoio financeiro ou de qualquer outra natureza as instituições legalmente constituídas, com vista à realização de eventos de interesse para o município ou ao desenvolvimento de atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra;
- A necessidade imprescindível de garantir a eficácia e a transparência na atribuição dos apoios e participações de acordo com uma estratégia de prioridades, que procura na dinâmica comunitária associativa, respeitando a sua autonomia, contribuir para a democratização e o desenvolvimento sustentado das atividades num processo de parceria;
- As reuniões dinamizadas com os interessados, com a indicação das propostas de atividades a serem consideradas para o ano de 2023, bem como os critérios para a atribuição dos apoios, tendo os presentes concordado com a proposta apresentada.

Assim, tendo em conta os considerandos anteriormente referidos, propõe-se a atribuição de €89.500,00 (oitenta e nove mil e quinhentos euros), ao Aposento do Barrete Verde de Alcochete.»

Submetida à discussão e votação, a Câmara deliberou aprovar a proposta por unanimidade, bem como, anexar o Contrato Programa, como **Doc. 1**.

4.8. Celebração de Contrato Programa com a Sociedade Imparcial 15 de Janeiro de 1898

Pela senhora vereadora Maria de Fátima Soares foi apresentada a seguinte proposta:

«O Movimento Associativo tem um papel determinante no desenvolvimento local, com uma intervenção inequívoca neste território, pelo que há que garantir o apoio às associações e

aos seus dirigentes, procurando atenuar as dificuldades quotidianas sentidas para manter o funcionamento da sua atividade, regular ou pontual, com a devida definição de critérios respeitando os princípios da, equidade social, onde o rigor e a transparência são fatores essenciais para a concretização de um projeto participado, assente na parceria e cooperação.

Assim, considerando:

- As atribuições dos municípios consagradas no artigo 23.º - 2, alíneas e) e f) da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, nos domínios da cultura, dos tempos livres e desporto, da ação social e promoção do desenvolvimento;
- A competência da Câmara Municipal, nos termos das alíneas o) e u), do artigo 33.º, n.º 1, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, no âmbito da concessão de apoio financeiro ou de qualquer outra natureza as instituições legalmente constituídas, com vista à realização de eventos de interesse para o município ou ao desenvolvimento de atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra;
- A necessidade imprescindível de garantir a eficácia e a transparência na atribuição dos apoios e participações de acordo com uma estratégia de prioridades, que procura na dinâmica comunitária associativa, respeitando a sua autonomia, contribuir para a democratização e o desenvolvimento sustentado das atividades num processo de parceria;
- As reuniões dinamizadas com os interessados, com a indicação das propostas de atividades a serem consideradas para o ano de 2023, bem como os critérios para a atribuição dos apoios, tendo os presentes concordado com a proposta apresentada.

Assim, tendo em conta os considerandos anteriormente referidos, propõe-se a atribuição de €29.000,00 (vinte e nove mil euros), à Sociedade Imparcial 15 de Janeiro de 1898.»

Submetida à discussão e votação, a Câmara deliberou aprovar a proposta por unanimidade, bem como, anexar o Contrato Programa, como **Doc. 2**.

4.9. Pedido de isenção de taxas referente ao pedido de licença para festividade e licença especial de ruído – Processo n.º PD/2023/525

Pelo senhor vereador Pedro Sérgio Lavrado foi apresentada a seguinte proposta:

«Considerando que:

Através do requerimento n.º PD/2023/628 de 13 de junho de 2023, o infantário “Aldeia da Pequenada”, a realizar no dia 24 de junho de 2023 no Passeio das Gaivotas da freguesia de São Francisco, solicita a licença para festividade e licença de ruído para a realização de convívio entre as famílias e realização de atividades.

Propõe-se que:

- Nos termos do disposto na alínea a), do n.º 2, do artigo 9.º do Regulamento de Taxas do Municipais, publicado em “Diário da República” 2.ª Série, de 3 de dezembro de 2010 e em face do manifesto e relevante interesse social da iniciativa, a Câmara Municipal delibere no sentido da isenção de pagamento de taxas no valor de €1.192,61 (mil, cento e noventa e dois euros e sessenta e um cêntimo).»

Submetida à discussão e votação, a Câmara deliberou aprovar a proposta por unanimidade.

4.10. Receção provisória parcial das obras de urbanização e redução da caução, no âmbito do Proc.º de obras de construção e urbanização n.º LE/2019/5 - Alvará Urbanização n.º 4/2022

Pelo senhor vereador Pedro Sérgio Lavrado foi apresentada a seguinte proposta:

«Considerando que:

1. Em conformidade com o exposto, a requerente – Marmequer, Empreendimentos Turísticos e Imobiliários, S.A. – Proc.º LE/2019/5, na qualidade de proprietária solicita, através do requerimento n.º LE/2022/312/SPO, a receção provisória parcial das obras de urbanização do alvará em epígrafe;
2. Conforme o auto de vistoria realizado em 12/06/2023, tendo em conta o valor total caucionado, considera-se que se encontram por executar trabalhos correspondentes a 30% dos arruamentos e sinalização, 50% das redes de abastecimento de água e de drenagem de águas pluviais e residuais e 100% da rede de iluminação pública;
3. Assim sendo, deverá ser mantido valor caucionado correspondente aos trabalhos em falta.

Propõe-se que:

1. Seja homologado o auto da receção provisória acima referido;
2. O valor de €193.848,00 (cento e noventa e três mil, oitocentos e quarenta e oito euros), atualmente caucionado, seja reduzido em €137.288,55 (cento e trinta e sete mil, duzentos e oitenta e oito euros e cinquenta e cinco cêntimos), mantendo caucionado o valor de €56.559,45 (cinquenta e seis mil, quinhentos e cinquenta e nove euros e quarenta e cinco cêntimos), destinado a garantir a conclusão e a boa execução das obras de urbanização relativas aos arruamentos e sinalização, às redes de abastecimento de água e drenagem de águas residuais e iluminação pública, que a mesma poderá ser libertada com a receção provisória das obras de urbanização e posteriormente na sua totalidade com a receção definitiva.

3. Sendo a caução prestada sob a forma de hipoteca sobre bens imoveis propriedade do requerente, deve manter-se a hipoteca sobre os lotes 131 e 132, o que perfaz um valor de €60.010,96 e que seja libertado a hipoteca sobre os lotes 95, 122, 128, 129 e 130.»

Submetida à discussão e votação, a Câmara deliberou aprovar a proposta por unanimidade.

4.11. Contrato de Doação de máquina de lavar roupa

Pela senhora vereadora Ana Sofia Maduro foi apresentada a seguinte proposta:

«Considerando:

- Que Diogo Alexandre Barroqueiro André se propõe doar ao Município de Alcochete uma máquina de lavar roupa (Fagor Elegance 1F-1148 IN) do qual é proprietário;
- Que é interesse do Município de Alcochete a aceitação da referida proposta de doação porquanto o referido material contribuirá para o bom funcionamento do Centro de Recolha Oficial de Animais de Alcochete (C.R.O.A.A.).

Assim, propõe-se que a Câmara Municipal delibere:

- Aceitar a doação do material referido, que se destina a integrar os equipamentos do C.R.O.A.A.;
- Aprovar a minuta de contrato de doação, que se anexa e que faz parte integrante da presente proposta.»

Submetida à discussão e votação, a Câmara deliberou aprovar a proposta por unanimidade, bem como, anexar o Contrato de Doação, como **Doc. 3**.

4.12. Abertura de procedimento concursal para provimento de um lugar de Assistente Operacional, na área de Refeitório Municipal (tempo indeterminado)

Pela senhora vereadora Ana Sofia Maduro foi apresentada a seguinte proposta:

«Considerando:

O disposto no artigo 30.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovado em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, que estabelece a possibilidade de se promover o recrutamento de trabalhadores necessários ao preenchimento dos postos de trabalho previstos e não ocupados no Mapa de Pessoal do Município;

A necessidade manifestada pela Divisão de Administração e Gestão de Recursos (DAGR) do Município de Alcochete, no sentido de recrutar um assistente operacional na área de Refeitório Municipal, de forma permanente, para fazer face à saída de um trabalhador desta área de atividade, que começou a apresentar limitações condicionantes para a função e cuja situação se encontra identificada pela medicina do trabalho;

O teor da informação n.º 57/2023 da DAGR, cuja cópia se anexa e que passa a fazer parte integrante da presente proposta, atesta o cumprimento dos requisitos necessários para o efeito, nomeadamente a existência de lugar vago no Mapa de Pessoal e de cabimento orçamental para os encargos daí resultantes.

Verifica-se que as regras atinentes à referida contratação permitirão o recrutamento de um trabalhador para provimento de um posto de trabalho de assistente operacional na área de Refeitório Municipal, no regime de contrato de trabalho por tempo indeterminado, entendendo-se, por conseguinte, que se afigura assim pertinente, que o procedimento

concursal a realizar viabilize a candidatura de trabalhadores com e sem vínculo de emprego público, nos termos do disposto na atual redação do artigo 30.º da Lei Geral em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 25/2017 de 30 de maio, mediante expressa autorização do órgão executivo municipal, conforme previsto no Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro.

Em face do exposto proponho, que a Câmara Municipal delibere:

- Autorizar, nos termos do disposto no n.º 1, do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 03 de setembro, na sua redação atualizada, a abertura de um procedimento concursal para um posto de trabalho de assistente operacional na área de Refeitório Municipal com vista a constituição de vínculo de emprego público por tempo indeterminado, com afetação à Divisão de Administração e Gestão de Recursos (DAGR) do Município de Alcochete.»

Submetida à discussão e votação, a Câmara deliberou aprovar a proposta por unanimidade, bem como, anexar a Informação, como **Doc. 4**.

5. Apoios financeiros

Pelo senhor presidente foi apresentada a seguinte proposta:

- Apoio Financeiro - Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Alcochete

«Dando continuidade aos pressupostos estratégicos da Câmara Municipal de Alcochete e do atual executivo que definiu como um dos pilares fundamentais a melhoria do sistema de proteção civil local, com a finalidade de prosseguir de forma coerente e sustentada a política de desenvolvimento social entre as várias instituições do concelho.

Pretende-se apoiar ou compartilhar, pelos meios adequados, a cooperação a atividades de interesse municipal, de forma a proporcionar uma melhoria das condições de vida e

bem-estar da população de Alcochete, designadamente no que à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Alcochete diz respeito, com o reforço dos seus meios humanos e operacionais de forma a assegurar o rápido e eficaz socorro à população do concelho de Alcochete.

A Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Alcochete é uma instituição vocacionada para a assistência, socorro e salvamento e de entre todas as instituições do Município, esta é uma das mais importantes, pelo serviço que presta à comunidade, pelo número de trabalhadores e voluntários que possui e pelo seu património memorial valioso, digno e proeminente que merece o nosso reconhecimento.

Assim, proponho a atribuição de apoio financeiro no valor de €170.000.00 (cento e setenta mil euros), para comparticipar a atividade regular da instituição, referente ao pagamento de encargos correntes, aquisição de equipamentos e apoio à missão de Protecção Civil, com o propósito de responder às necessidades da população local, à dinamização da instituição, tendo como principal objetivo o desenvolvimento social do Município de Alcochete na vertente do socorro.»

Submetida à discussão e votação, a Câmara deliberou aprovar a proposta por unanimidade.

6. Informações

Não foram apresentadas informações.

D. PERÍODO DE INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO DO PÚBLICO

Não se registaram intervenções.

ENCERRAMENTO

Reunião de 2023.06.21

Ata n.º 13

E nada mais havendo a tratar, pelas 19:00 horas o senhor presidente declarou encerrada a reunião da qual, para constar, se lavrou a presente ata que eu, Carla Oliveira, técnica superior, subscrevo e assino.